



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Registro: 2013.0000349616

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0001055-48.1999.8.26.0025, da Comarca de Angatuba, em que é apelante ILTO BENDO, são apelados ROSANA RAMOS DE CAMPOS PEDROSO TEIXEIRA, TATIANE CRISTINA TEIXEIRA, ÍTALO RICARDO PEDROSO TEIXEIRA, THIAGO FERNANDO PEDROSO TEIXEIRA e COMPANHIA DE SEGUROS GRALHA AZUL S/A.

ACORDAM, em 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Não conheceram. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores LUIS FERNANDO NISHI (Presidente) e RUY COPPOLA.

São Paulo, 13 de junho de 2013.

ROCHA DE SOUZA  
RELATOR  
Assinatura Eletrônica



**PODER JUDICIÁRIO**

**SÃO PAULO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

Apelação com Revisão nº  
0001055.48.1999.8.26.0025  
Comarca: Angatuba - Vara Única  
Apte. : ILTO BENDO  
Apdos.: ROSANA RAMOS DE CAMPOS PEDROSO  
TEIXEIRA E OUTROS

*Acidente de Trânsito. Reparação de Danos. Competência recursal. Acórdão anteriormente proferido por Câmara temporária e extraordinária, cujas atividades já foram encerradas. Julgamento por aquela Turma Julgadora que não firma prevenção para outros feitos relativos à mesma lide. Aplicação do artigo 107 do Regimento Interno desta Corte. Suscitação de conflito de competência, a ser apreciado pela Turma Especial de Direito Privado deste Tribunal. Inteligência do artigo 32, IV, do RITJSP.  
Recurso não conhecido.*

**Voto nº 24.021**

Tratam os autos de recurso de apelação interposto contra a r. sentença de fls. 810, que extinguiu o feito em relação á Companhia de Seguros Gralha Azul, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil, determinando o prosseguimento da demanda em relação aos demais executados.

Inconformado, o autor recorre (fls. 824/836). Em breve síntese, argumenta que a  
Apelação nº 0001055-48.1999.8.26.0025



## PODER JUDICIÁRIO

### SÃO PAULO

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

seguradora não cumpriu integralmente com a sua obrigação, posto que não correspondem às indenizações fixadas pelo Tribunal, quando do julgamento dos apelos interpostos contra a r. sentença de fls. 482/502, cujo v. acórdão determinou o pagamento da totalidade do seguro contratado pelo réu (fls. 662), o que abrange danos materiais e pessoais abrangidos na cobertura de terceiros, danos morais e lucros cessantes que se caracterizam pelo pensionamento.

Por esse motivo, afirma que a ré não pode se esquivar do pagamento da indenização no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), a ser corrigida monetariamente e com a aplicação de juros legais, desde o evento morte, conforme estipulado pela r. sentença.

Processado o apelo com preparo (fls. 892), restou ele respondido (fls. 893/899), e os autos vieram ter a este Tribunal.

O apelo foi, originariamente, distribuído ao e. Des. CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN, integrante da C. 27ª Câmara de Direito Privado (fls. 902).

Às fls. 955, houve conclusão



## PODER JUDICIÁRIO

### SÃO PAULO

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

ao Exmo. Des. CLAUDIO HAMILTON, da mesma C. Câmara supra citada, nos termos do artigo 3º, § 4º da Resolução 204/2005.

Em Sessão de Julgamento realizada aos 26.02.2013, a Turma Julgadora não conheceu do recurso e determinou sua redistribuição a esta C. Câmara (fls. 958/963), tendo em vista o reconhecimento de prevenção.

É o relatório.

Em que pese o profundo respeito pelo entendimento esposado pela D. 27ª Câmara de Direito Privado desta Corte, depreende-se que os autos da Apelação com Revisão 952.843-0/2 (fls. 653/662) foram julgados pela 32ª Câmara de Direito Privado "B" que, por sua vez, era extraordinária e temporária, e já encerrou suas atividades.

Portanto, há que se observar, no caso em comento, o disposto pelo artigo 107 do Regimento Interno deste Tribunal, *"in verbis"*: *"Os julgamentos por câmara temporária ou extinta não firam prevenção para outros feitos ou incidentes relativos à mesma causa, nem os juízes que deles participaram tornam-se certos para os julgamentos"*



**PODER JUDICIÁRIO**

**SÃO PAULO**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**

*posteriores, salvo as hipóteses de embargos de declaração, embargos infringentes e de conversão do julgamento em diligência".*

Destarte, a meu sentir, não há que se reconhecer a prevenção desta C. Câmara para o julgamento do presente apelo.

Outrossim, cumpre ressaltar que a C. 27<sup>a</sup> Câmara de Direito Privado já havia analisado os autos do Agravo de Instrumento 1.225.378-0/0, julgado aos 16.12.2008 (fls. 907/912).

Em tais condições, não se conhece do recurso, e suscito conflito de competência a ser apreciado pela Turma Especial desta Subseção de Direito Privado desta Corte (artigo 32, IV, do RITJSP).

**ROCHA DE SOUZA**  
Relator